

Memória e Patrimônio como manifestações culturais: uma perspectiva educativa

Fernando Souto Dias Neto¹

Resumo: O presente trabalho discute as práticas do ensino de história no tempo recente, bem como o movimento e a ação que objetiva tornar significativos saberes para sujeitos através dos lugares em que estão inseridos. A análise parte dos pressupostos tanto isolados quanto de forma articulada, considerando que cada grupo social possui um processo de significação daquilo que é culturalmente material e imaterial, a partir de movimentos que visam dar visibilidade às mais diversas manifestações culturais. Isso aponta que a educação patrimonial serve como uma linha que costura, entrelaça a diversidade social e cultural encontrada em determinado território. Diante disso, compreende-se o conceito de territorialidade a partir das manifestações culturais, uma perspectiva que contempla o tempo recente e o passado como uma forma de memória e manifestação. Para alcançar tais abordagens, parte-se dos pressupostos de Joël Candau, no que diz respeito à memória como produtora de identidades, Françoise Choay, com sua abordagem acerca do patrimônio enquanto extrator de significados e, por fim, a educação patrimonial de forma crítica aos modelos pré-estabelecidos em nosso país, a partir das discussões de Francisco Franco. Acredita-se que com a leitura e significação desses processos é possível chegar ao ponto de configurar uma prática educacional e pedagógica que contemple as diferentes gerações.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; História; Memória; Patrimônio.

Introdução

As motivações deste trabalho partem dos estudos que buscam pensar a Memória e o Patrimônio, sobretudo quando implica a existência de um campo de disputas, o qual dá visibilidade a algumas culturas, povos, etnias e identidades, além de resultar em processos de invisibilidade. A partir das manifestações do patrimônio, sejam elas materiais ou imateriais, vê-se como funcionam os jogos de visibilidade que são promovidos por aqueles que dizem, e até mesmo ditam, o que é patrimônio em nosso território e o que não é.

A partir disso, estabelece-se um tratado de compreensão através da educação patrimonial, que leva o olhar dos sujeitos para as práticas culturais presentes em seus territórios, a nível local ou nacional. Entende-se, assim, que a inserção de povos originários, no território nacional, sofreu uma série de abalos culturais e identitários, por

¹ Doutorando pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/DS.



consequência, levando ao apagamento de sua cultura e de suas práticas, e apontando o protagonismo na história, traduzido em formas de ensino etnocêntricas.

Com efeito, é pertinente pensar sobre o que é considerado patrimônio e considerar as memórias intencionalizadas – as quais são forjadas com uma racionalidade que se serve desses elementos patrimoniais. Portanto, considera-se que o papel da pesquisa serve para abrir caminhos e investigar o que não está posto, tampouco escrito nas narrativas oficiais. Para isso, analisa-se aquilo que foi ocultado por uma série de enunciados reproduzidos e muitas vezes legitimados.

Patrimônio como abordagem educativa: educação patrimonial

O tempo recente traz alguns desafios – e não poucos – no que se refere ao ensino em uma atmosfera geral. Faz parte do sujeito enquanto agente histórico produzir sua cultura – bem como atribuir significados ao meio em que está inserido e produzir elementos que promovam sua existência –, logo, significando e ressignificando elementos culturais com o passar dos tempos. Através dessas premissas, problematiza-se as atuais formas pelas quais o patrimônio, seja ele material ou imaterial, possa servir de ação educativa de sujeitos, a fim de fazê-los enxergar e se inserirem na sociedade a qual pertencem, dessa forma,

O trabalho pedagógico com o objeto gerador sugere que inicialmente, sejam exploradas as múltiplas relações entre o objeto e quem o escolheu. Mais cedo ou mais tarde, isso desemboca em outros atos criativos: a relação entre objetos do presente e do passado e o próprio questionamento sobre as divisões entre pretérito e o mundo atual. Tais exercícios vão, pouco a pouco, constituindo base para um relacionamento mais crítico com as exposições museológicas. (Ramos, 2004, p. 62).

Objetos elencados, desde a vista enquanto elementos que contam histórias, ou fazem parte de um recorte temporal, com o qual remeta a memórias, em sua grande parte, são encontrados nas casas de memórias – os chamados museus –, porém, são elencados através de políticas, ou discursos de grupos de sujeitos que os enunciam nesses espaços. Para tal, busca-se entender esses elementos, de sua historicidade até alguns critérios que os tornam significativos para determinados grupos sociais, dessa forma, educando os sujeitos sobre suas diferentes maneiras de se inserirem no espaço em que se encontram.



Essa forma de se enxergar a educação, podendo ser compreendida como educação patrimonial, busca pensar as formas com que a memória é escrita e reverberada, sendo então significativa não apenas para visões particulares, mas que consideramos elementos que contam a história coletiva das populações contempladas, pois

É importante salientar que o passado não é um dado fornecido pela natureza, mas é resultado das representações que fazemos acerca do tempo transcorrido. Ele é o resultado de uma construção humana.[...]Herança e tradição são palavras frequentemente usadas que resultam dessas construções e que existem em todas sociedades. É impossível compreender a história de um grupo social, de sua vida anterior ao momento atual, sem esses elementos que contam a sua história (Pohl, 2005, p. 66).

Quando ocorre o processo de escrita da história, podendo se inserir as narrativas orais, muito se perde em detrimento das memórias individuais ou coletivas, no entanto, através do visível – configurando o patrimônio material – é possível trazer à tona algumas questões que possam vir a historicizar ou trazer novas narrativas ao contexto trabalhado. O mesmo caso ocorre com a história oral, que conta com os relatos, muitas vezes sofrendo com a fragilidade de elementos afetivos, fictícios e fantasiosos de seus relatos, mas que corrobora com o preenchimento das lacunas que não foram preenchidas com a escrita da história tida como oficial. Assim sendo, segundo Pereira (2008, p. 180),

[...]é a partir de memórias registradas no tempo, seja qual for o suporte, material ou não, é que se pode construir um discurso histórico. [...]A história, desde que foi inventada pelo homem, tem passado por diversas transformações conceituais. A própria escrita da História também está sujeita aos acontecimentos históricos. Os conceitos de História e de como ela deve ser feita determinam também o que é a memória de cada período.

Enquanto a historiografia gera significados, seus símbolos, monumentos, escritas, lugares de memória e espaços que remetem aos grandes acontecimentos, traz para si elementos de uma identidade local, regional ou nacional. Transportar esses elementos para os educandos, enquanto sujeitos que são atravessados pela prática educativa e pedagógica, não é uma tarefa fácil, principalmente no que se refere ao tempo recente, enquanto rivaliza-se espaços com a tecnologia, velocidade da cultura de massa e atualização da era da informação. Conforme Jacques Le Goff (2021, p. 210),



A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a *moda retrô*, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio.

Muitas questões divergem entre litígios, disputas e lutas por memórias, assim o patrimônio cultural vem a ser demarcado, não simplesmente por um interesse – ou ao menos deveria ser –, mas também por uma questão maior, em relação à legitimidade de uma narrativa, o que ajuda a escrever a história tida como oficial, mas ao mesmo tempo confronta veredas que se abrem com o intuito de negar a historicidade de determinados eventos e memórias.

Há a possibilidade de ir para além da sala de aula, investindo em espaços não-formais de educação, mas de igual relevância e importância pedagógica. Para isso, temos museus, monumentos, feiras, exposições, parques temáticos, enfim, lugares que possam remeter a uma atmosfera educativa significativa para um grupo social, étnico, que conservem elementos de um recorte histórico; que possua um acervo de objetos historiográficos, portanto, fazendo emergir narrativas de grupos de sujeitos agentes. Para tanto,

Es necesario ser consciente que para poder hacer un uso didáctico del patrimonio en el aula, es importante que los docentes estén formados al respecto, por lo que desde la formación inicial se les deben aportar el conocimiento y las herramientas necesarias para diseñar y aplicar propuestas didácticas relacionadas con el Patrimonio y con su importancia para la formación del alumnado² (Alfonso; Listán; Corredera, 2020, p. 46).

Quando nos deparamos com os trabalhos de educação patrimonial que são produzidos no tempo recente, por sua vez, encontramos muitos relatos significativos da experiência do educador com seus educandos, especialmente no que se refere à imersão da cultura. Podendo ser um trabalho constante de desconstrução de uma história colonizada e que reproduz um caráter elitista, ou buscando dar visibilidade ao como a diversidade e a pluralidade afere elementos no nosso cotidiano; também a incursão em espaços fora da sala de aula, a partir de visitas guiadas a lugares de memórias. Assim, faz-se necessária

² É necessário ter consciência de que para poder fazer um uso didático do patrimônio em aula, é importante que os docentes estejam formados a respeito, porque desde a formação inicial devem carregar o conhecimento e as ferramentas necessárias para desenhar e aplicar propostas didáticas relacionadas com o patrimônio e com sua importância para a formação dos alunos. (tradução do autor).



[...]uma relação direta entre a quantidade de cultura “legítima” acumulada pelos estudantes e o desempenho na escola. Nesse sentido, entende que os professores seriam portadores e defensores dessa cultura “legítima” e, por isso, teriam mais proximidades ou afastamento em relação aos seus alunos de acordo com a quantidade de cultura “legítima” – capital cultural – que eles teriam acumulado (Rosistolato, 2019, p. 12).

Mesmo que tratada através da experiência por parte dos educandos, compreende-se a educação patrimonial como um campo do saber em potencial, sobretudo pela perspectiva decolonial, a partir da qual se observam, em muitos contextos, a abordagem pontual de culturas, etnias e sociedades – que são categorizadas e subalternizadas em detrimento de outras, que são subalternizantes e que acabam por serem postas à borda das abordagens que são protagonizadas e reproduzidas por um pensamento colonial dominante.

Apesar de estarem presentes e disponíveis ao acesso de todos que desejarem e/ou necessitarem transitar e conviver com eles, o patrimônio cultural presente nos espaços públicos nem sempre é valorizado e significado pelos cidadãos, uma vez que sua percepção exige um olhar mais atento e curioso (Franco, 2019, p. 115).

Forma-se, diante daquilo que é considerado patrimônio, uma gama de conceitos a partir dos quais irrompe a necessidade de articulação de forma tensionada, a fim de que demonstrem o processo com o qual atuam e sofrem a atuação no decorrer dos tempos. Em relação ao sistema de ensino, em muitos casos, resiste-se à abordagem crítica, acabando por perpetuarem narrativas e ideias de reprodutibilidade massificada de elementos dominantes.



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g680301-d4452815-i159135889-Gama_d_Eca_Teaching_Museum-Santa_Maria_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html. Acesso em: 09 dez. 2023.



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g680301-d4452815-i159135889-Gama_d_Eca_Teaching_Museum-Santa_Maria_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html. Acesso em: 09 dez. 2023.

Perante o patrimônio e os discursos que ecoa, pergunta-se – questionamentos que também nos apresentam desafios – quem escreve a história? Quais suas intenções com aquelas palavras? É possível, com efeito, assinalar quem está ficando de fora, bem como o que está ganhando protagonismo. Enfim, a questão se torna mais problemática quando se compreende que memórias estão em jogo e o porquê de certos patrimônios serem preservados e serem visibilizados de tal maneira que venham a gerar algum, ou até mesmo nenhum, retorno para a sociedade de modo coletivo.

[...]memórias são os fundamentos de identidades em recomposição, que na maior parte do tempo hesitam entre as tentações hegemônicas e o consentimento a um tipo de relativismo memorial. Opor radicalmente um período contemporâneo que seria caracterizado pelo dismantelamento de “coletividades-memória”, por “sociedade-memória”, a um passado em que a comunidade compartilhava intimamente uma memória viva é ceder, por consequência, à quimera de uma espécie de grande compartilhamento histórico que, se não é totalmente falso, também não é totalmente verdadeiro (Candau, 2021, p. 193).

Dessa forma, faz-se necessário preservar, ou ao menos salvaguardar, espaços, lugares, paisagens, artefatos que carregam consigo essas memórias, pois elas são elos que traduzem o



passado para o presente. Desde o início da humanidade, logo independente das populações, grupos sociais ou étnicos –sobre os quais nos debruçamos –,houve,portanto,a necessidade de se registrar, demarcar, inserir formas de se inscrever nas diferentes temporalidades.

Assim sendo, cabe aos educadores, enquanto sujeitos do ensino, buscar compreender de que forma se constituem os processos que nos tornam o que somos hoje, seja a partir de uma perspectiva que traduz uma vertente colonizadora, etnocêntrica, de maneira que se compreenda o estado da sociedade através de suas diferenças, desigualdades, seja partindo de problemáticas que se estabelecem no cotidiano com elementos desencadeados em um passado distante.

A proteção e a conservação dos monumentos de arte e de história preocupam, em muitos títulos e desde longo tempo, tanto os arqueólogos e os historiadores quanto as próprias pessoas, ligados aos testemunhos de seu passado e, de um modo mais geral, aos de todas as civilizações. As administrações públicas nomeadas para salvaguardar o patrimônio artístico souberam provar, por sua vez, pelas legislações, regulamentos e uma organização apropriada que elas tinham a preocupação de realizar a missão protetora de que foram incumbidas (Choay, 2011, p. 159).

Assim se criam políticas que legitimam e se tornam necessárias para respaldar esses elementos que constituem parte dos passos dados pelas diferentes civilizações que coexistem no mesmo espaço, construindo patrimônios. Quanto às casas de memórias, configuram-se em lugares onde se pode compreender como se manifestam produções culturais, realizando o papel de se comunicar pelos artefatos com as populações que visitam. Conforme Márcia Chuva (2012, p. 67),

Hoje vemos uma ampliação significativa das atribuições dessas instituições de memória e preservação cultural e da própria noção de patrimônio, expandindo-se para o universo das práticas culturais e aplicando medidas de salvaguarda visando à preservação de celebrações e festas, saberes e ofícios, formas de expressão, lugares e tudo aquilo que se encaixa na categoria de patrimônio imaterial[...].

É notório que nem todos os elementos que são significativos para as mais diversas populações se encontram em um estado material, tangível, assim, o que se traz – um tanto



quanto tardiamente – é o reconhecimento do patrimônio imaterial, contemplando a imaterialidade.

Vale dizer que é importante considerar que o Brasil é um país diverso e plural, com povos originários, mas com populações e culturas das mais diversas matrizes que colonizaram o território, por sua vez, muito foi trazido para cá, como hábitos e costumes, que se atualizam materialmente e imaterialmente. Para Hugues de Varine (2013, p. 174),

[...]os grandes museus nacionais e/ou internacionais fazem evidentemente parte de um patrimônio comum do país, incorporando tudo o que provém das vicissitudes da história. Mas o museu local, como suas atividades, pertence, antes de tudo, à comunidade que vive nesse território e sua responsabilidade deve contar com essa comunidade e seus representantes têm um direito de controle sobre o museu e sobre o que vai ser feito nele, sobre a interpretação das coleções, sobre sua relação com o desenvolvimento local.

Portanto, é necessário que o patrimônio local seja posto de forma que funcione como um modo de revelar a identidade do grupo que ali está inserido. Seja através de um museu, ou paisagem patrimonial, seja pelas mais diversas formas de manifestação que se colocam a serviço das populações locais, porventura, de forma a contar a história daqueles sujeitos que ali estão.

Ademais, este trabalho buscou refletir sobre o movimento que contempla a educação dos sujeitos em relação à história local, indo ao encontro de elementos culturais materiais e imateriais. Buscou-se, assim, entender que uma não se desvincula da outra, e que os diversos modos de manifestações culturais compõem a identidade de uma população, seja ela local, regional ou nacional.

Considerações Finais

Com este breve ensaio, mescla-se a percepção do pesquisador enquanto inserido nos estudos acerca da Memória e do Patrimônio, bem como sua trajetória dentro do espaço museológico local – casa de memória; além das inquietações que o levam e movem enquanto sujeito atuante no processo histórico. Diante dessas perspectivas, várias hipóteses são apontadas como geradoras de um processo de ensino educativo. Esses movimentos – da prática docente à formação do docente – são caros em relação a uma pedagogia sobre o



espaço em que estão inseridos os sujeitos, sejam eles crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

Cada vez mais é notória a importância das casas de memória e seu papel na educação, ainda que configurem espaço não formal de educação. Extrapolar a sala de aula é muitas vezes necessário, até mesmo para criar conexões entre as memórias e os patrimônios presentes nos mais diferentes lugares. Para isso, entende-se que as diversas e plurais culturas e manifestações identitárias precisam ser afirmadas, para que contem suas histórias e façam emergir diferentes narrativas.

Portanto, compreende-se que os sujeitos devem estar atentos aos museus, pois são espaços de salvaguarda das memórias e dos patrimônios, sendo locais que muitas vezes contam parte da história regional e nacional. São nesses espaços que coexistem uma série de elementos que não dizem respeito apenas ao colecionismo, mas também a artefatos que contam histórias e atualizam memórias através da sua existência e preservação.

Referências

ALFONSO, José Antóio Pineda; LISTÁN, Mario Ferrera; CORREDERA, Maria Auxiliadora Reollo. La educación patrimonial como vehículo para la formación de ciudadanos críticos. *In*: TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz; CALLAI, Helena Copetti; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de (Orgs.). **A cidade e as múltiplas interações com o patrimônio, identidade e pertencimento**: Coleção Cidade. Conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida. Vol. II: Editora CRV, 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Gilberto Ramos. (Org.) **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Mauad X FAPERJ, 2012.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local**: concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: Editora CRV, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

PEREIRA, Albina Luciani Albuquerque. Desafios de educação: memória na formação dos alunos. *In*: Milder, Saul Eduardo Seiguer; OLIVEIRA, Josiane Roza de (Orgs.). **Patrimônio Cultural**: experiências plurais: Palotti, 2008.



POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. *In:* MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. UFSM, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005;

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2008.

ROSISTOLATO, Rodrigo. Espaços sociais de formação. *In:* OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; ROSISTOLATO, Rodrigo (Orgs.). **Espaços sociais de formação educativa: turismo, casa, escola e cidade**: Lamparina, 2019.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.